

SANTOS-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS - SÃO PAULO

PROFESSOR ADJUNTO II LIBRAS



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL Nº 79/2026 – SEPLA-RH

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Prefeitura de Santos - SP
Professor Adjunto II - Libras

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de textos de diferentes gêneros, com identificação de tema, finalidade, ideia central, informações explícitas e implícitas, relações entre partes do texto e efeitos de sentido produzidos em situações comunicativas	1
Produção de sentidos em textos verbais e multimodais, considerando contexto, interlocutores, finalidade, ponto de vista, argumentos, inferências e adequação vocabular	7
Coesão, coerência e organização textual em situações de leitura e reescrita, com atenção à clareza, à progressão das ideias, à articulação entre frases e parágrafos e à manutenção do sentido original.....	13
Emprego da norma-padrão da língua portuguesa em situações formais de comunicação	19
Concordância	20
Regência	26
Crase	33
Pontuação	37
Ortografia oficial	42
Acentuação gráfica.....	49
Uso de pronomes, tempos verbais e colocação pronominal, sempre em abordagem aplicada ao texto	52
Variação linguística, adequação da linguagem ao contexto, diferenças entre oralidade e escrita, linguagem formal e informal e escolhas linguísticas adequadas à atuação docente e institucional.....	60
Gêneros textuais presentes no cotidiano escolar e administrativo, tais como comunicados, orientações, registros, relatórios, textos informativos, instrucionais, pedagógicos e normativos.....	66
Reescrita de frases e parágrafos, com foco em clareza, correção gramatical, concisão, coerência, paralelismo, substituição vocabular e adequação à norma-padrão	72
QUESTÕES.....	78
Gabarito.....	87

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS GERAIS – NÚCLEO COMUM

Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos, psicológicos e políticos da educação escolar.....	1
Função social da escola pública.....	10
Direito à educação; democratização do acesso, permanência, aprendizagem e participação dos estudantes.....	12
Legislação educacional: Constituição Federal	19
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	24
Estatuto da Criança e do Adolescente	57
Plano Nacional de Educação	125
Plano Municipal de Educação de Santos.....	133
Diretrizes Curriculares Nacionais	169
Base Nacional Comum Curricular	183
Currículo Santista; e legislação municipal pertinente à educação	251
Base Nacional Comum Curricular e Currículo Santista: competências gerais da Educação Básica; direitos de aprendizagem; campos de experiências; áreas do conhecimento; componentes curriculares; habilidades; progressão curricular; e articulação entre currículo, planejamento, ensino e avaliação.....	251
Organização da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e demais modalidades de ensino; princípios, finalidades, etapas, transições escolares e garantia do direito à aprendizagem	257
Didática e organização do trabalho pedagógico: objetivos de aprendizagem, planejamento anual, sequências didáticas, projetos, metodologias ativas, investigação, resolução de problemas, interdisciplinaridade, contextualização e práticas colaborativas.....	263
Avaliação da aprendizagem: avaliação diagnóstica, formativa e somativa; instrumentos e registros; acompanhamento do percurso dos estudantes; devolutiva pedagógica; recuperação contínua; recomposição das aprendizagens; análise de evidências e replanejamento.....	270
Letramentos, multiletramentos, numeramento e cultura digital: práticas sociais de leitura, escrita, oralidade, escuta, análise linguística, raciocínio matemático, linguagem multimodal e uso crítico de tecnologias educacionais.....	276
Educação inclusiva: direitos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação; acessibilidade; desenho universal para aprendizagem; atendimento educacional especializado; adaptações razoáveis; tecnologia assistiva; trabalho colaborativo e eliminação de barreiras	282
Diversidade, equidade e direitos humanos: relações étnico-raciais; história e cultura afro-brasileira, africana e indígena; gênero; territorialidades; vulnerabilidades sociais; cultura de paz; prevenção ao bullying; e enfrentamento de preconceitos e discriminações.....	289

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Gestão da sala de aula e convivência escolar: organização de tempos, espaços e agrupamentos; mediação de conflitos; vínculo pedagógico; escuta ativa; participação dos estudantes; relação escola-família-comunidade; projeto político-pedagógico; gestão democrática e trabalho coletivo docente	295
Ética profissional, responsabilidade do servidor público, proteção integral da criança e do adolescente, sigilo, registro pedagógico, comunicação institucional e atuação docente no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Santos	301
QUESTÕES.....	308
GABARITO	313

CONHECIMENTOS GERAIS - PROFESSOR ADJUNTO II

Docência em componentes curriculares específicos: articulação entre conhecimento pedagógico e conhecimento da área de atuação; planejamento de aulas por habilidades e competências; seleção de conteúdos, estratégias, recursos e formas de avaliação adequadas aos objetivos de aprendizagem.....	1
Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial: especificidades dos estudantes, progressão das aprendizagens, organização curricular por áreas e componentes, interdisciplinaridade, contextualização e integração entre teoria e prática.....	7
Base Nacional Comum Curricular e Currículo Santista nos anos finais e nos componentes curriculares específicos: competências gerais, competências específicas de área, habilidades, objetos de conhecimento, progressão curricular, investigação, resolução de problemas e construção de conceitos	13
Didática dos componentes curriculares: problematização, mediação docente, situações de aprendizagem, metodologias investigativas, práticas colaborativas, uso de diferentes linguagens, cultura digital e estratégias de participação ativa dos estudantes.....	20
Avaliação da aprendizagem em componentes específicos: elaboração de instrumentos avaliativos, critérios de correção, rubricas, análise de evidências, acompanhamento do desempenho, recuperação contínua, recomposição das aprendizagens e replanejamento.....	26
Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial: adequação curricular, acessibilidade, valorização dos saberes prévios, contextualização social do conhecimento, adaptações razoáveis, tecnologia assistiva, eliminação de barreiras e respeito às trajetórias de vida, trabalho e escolarização dos estudantes	33
Gestão da sala de aula nos anos finais e nas áreas específicas: vínculo pedagógico, escuta, participação estudantil, mediação de conflitos, organização de agrupamentos, acompanhamento da aprendizagem e promoção de ambiente favorável ao estudo....	40

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Atuação do Professor Adjunto II no apoio ao trabalho pedagógico: substituição docente em componentes específicos, acompanhamento de atividades em sala de aula, colaboração com professores, participação no planejamento coletivo, inclusão, respeito à diversidade e compromisso com a aprendizagem dos estudantes	47
QUESTÕES	53
GABARITO	58

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Língua Brasileira de Sinais como objeto de conhecimento e de ensino: reconhecimento legal, fundamentos linguísticos, parâmetros fonológicos, morfologia, sintaxe, semântica, pragmática, iconicidade, arbitrariedade, variação linguística, regionalidade e implicações para o planejamento de práticas pedagógicas em Libras	1
Cultura surda, identidade surda, comunidade surda, história da educação de surdos, diferença linguística, direitos linguísticos, acessibilidade comunicacional, combate ao audismo e superação de barreiras atitudinais no contexto escolar	7
Educação bilíngue de surdos: Libras como primeira língua, língua portuguesa escrita como segunda língua, organização de ambientes linguísticos acessíveis, práticas visuais, mediação pedagógica, desenvolvimento linguístico, interação entre estudantes surdos e ouvintes e valorização da Libras no projeto político-pedagógico da escola	14
Aquisição e ensino de Libras: metodologias de ensino de primeira e segunda língua, planejamento de aulas, sequências didáticas, recursos visuais, narrativas em Libras, literatura surda, tecnologias digitais, avaliação da aprendizagem, participação dos estudantes e adaptação de estratégias conforme os níveis de proficiência	21
Ensino da Língua Portuguesa escrita para estudantes surdos: especificidades da leitura e da escrita em segunda língua, consciência metalinguística, gêneros textuais, produção e revisão textual, vocabulário, coesão, coerência e práticas de letramento visual	27
Tradução, interpretação e mediação linguística em contexto escolar: papéis, limites de atuação, ética, fidelidade, equivalência, adequação discursiva e interação com professores, estudantes e equipe escolar, sem deslocar o foco da docência em Libras para uma atuação exclusivamente interpretativa	34
Acessibilidade e inclusão de estudantes surdos e com deficiência auditiva: recursos tecnológicos, materiais visuais, legendagem, janela de Libras, comunicação alternativa quando necessária, articulação com o Atendimento Educacional Especializado, família e rede de apoio	41
Legislação pertinente à Libras, educação bilíngue de surdos, acessibilidade, Educação Especial e direitos da pessoa com deficiência	48

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Práticas pedagógicas bilíngues: planejamento, avaliação, produção de materiais, organização de tempos e espaços, acompanhamento da aprendizagem e participação de todos os estudantes nas práticas comunicativas e escolares.....	93
QUESTÕES.....	100
GABARITO	105

BIBLIOGRAFIA - CONTEÚDOS PEDAGÓGICOS

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.....	1
LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez.....	4
HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação	8
ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed	9
ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. Como aprender e ensinar competências. Porto Alegre: Penso	22
PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed	25
LERNER, Delia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed.....	29
SOARES, Magda. Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto	32
SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. Porto Alegre: Artmed	33
WEISZ, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática	39
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus	42
ROPOLI, Edilene Aparecida et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: MEC/SEESP; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.....	45
MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus.....	48
NÓVOA, António. Professores: proteger, transformar e valorizar. Salvador: SEC/IAT .	51
WIGGINS, Grant; McTIGHE, Jay. Planejamento para a compreensão: alinhando currículo, avaliação e ensino por meio do planejamento reverso. Porto Alegre: Penso	54

SUMÁRIO



LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A leitura é uma prática essencial para a participação social, para o estudo, para o trabalho e para a comunicação cotidiana. Ler não significa apenas decodificar palavras, isto é, reconhecer letras e sons. Ler envolve compreender sentidos, relacionar informações, perceber intenções, identificar ideias principais, reconhecer pistas deixadas pelo autor e interpretar o texto de acordo com o contexto em que ele circula. Por isso, leitura, compreensão e interpretação são processos ligados, mas não idênticos.

A compreensão textual está relacionada ao entendimento daquilo que o texto apresenta. Quando o leitor identifica quem fala, sobre o que se fala, quais informações aparecem, qual é a situação comunicativa e como as ideias se organizam, ele está compreendendo o texto. Já a interpretação exige ir além do que está diretamente escrito, estabelecendo relações, fazendo inferências, reconhecendo sentidos implícitos e percebendo efeitos produzidos pela linguagem.

Textos de diferentes gêneros exigem formas diferentes de leitura. Uma notícia, por exemplo, busca informar sobre um fato e costuma apresentar informações como quem, o quê, quando, onde, como e por quê. Um poema pode trabalhar imagens, emoções, ritmo e sentidos figurados. Um comunicado institucional precisa ser claro e objetivo. Uma charge combina linguagem verbal e visual para produzir crítica ou humor. Um texto instrucional orienta ações. Cada gênero tem finalidade, estrutura e linguagem próprias.

Identificar o tema é uma das primeiras tarefas do leitor. O tema corresponde ao assunto principal tratado no texto. Não deve ser confundido com detalhes ou exemplos. Em um texto sobre alimentação saudável nas escolas, por exemplo, o tema pode ser “a importância da alimentação equilibrada no ambiente escolar”, enquanto exemplos como frutas, merenda e hábitos alimentares são partes do desenvolvimento.

A ideia central é aquilo que o texto afirma de mais importante sobre o tema. Dois textos podem tratar do mesmo tema, mas defender ideias centrais diferentes. Um texto pode falar sobre tecnologia na educação para mostrar seus benefícios; outro pode abordar o mesmo tema para alertar sobre riscos do uso excessivo. Por isso, o leitor precisa observar não apenas o assunto, mas o posicionamento ou foco do texto.

A finalidade é o objetivo comunicativo. Um texto pode informar, convencer, orientar, emocionar, divertir, registrar, solicitar, explicar, criticar ou regulamentar. Reconhecer a finalidade ajuda a entender escolhas de linguagem, organização e tom. Um relatório, por exemplo, tende à objetividade; uma propaganda procura persuadir; uma orientação pedagógica busca instruir.

As informações explícitas são aquelas que aparecem claramente no texto. Já as informações implícitas precisam ser deduzidas a partir de pistas. Para compreender bem, o leitor deve unir o que está escrito ao conhecimento de mundo e ao contexto. Assim, ler é uma atividade ativa: o leitor participa da construção do sentido.

► Gêneros textuais e situações comunicativas

Os gêneros textuais são formas relativamente estáveis de comunicação usadas em diferentes situações sociais. Eles surgem das necessidades de interação das pessoas. Sempre que alguém escreve ou fala com determinado objetivo, utiliza algum gênero: bilhete, notícia, e-mail, relatório, ata, artigo de opinião, receita, manual, comunicado, conto, poema, entrevista, cartaz, mensagem, requerimento, orientação, regulamento e muitos outros.

Cada gênero textual apresenta características próprias, mas essas características não são rígidas. Elas podem variar conforme o contexto, o público, o suporte e a finalidade. Um comunicado escolar, por exemplo, geralmente é objetivo, formal e direto. Já uma mensagem enviada a um colega pode ser mais breve e informal. Um relatório precisa apresentar informações organizadas, enquanto uma crônica pode usar linguagem mais subjetiva e reflexiva.



Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações. experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

► Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empiricista e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etno-metodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociólogas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia (“a turma”) e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

¹ <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>



ARTICULAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO PEDAGÓGICO E CONHECIMENTO DA ÁREA

A articulação entre conhecimento pedagógico e conhecimento da área é um dos fundamentos da docência qualificada. O professor de um componente curricular específico precisa compreender profundamente os conteúdos que ensina, mas também precisa saber como os estudantes constroem esses conhecimentos. Essa articulação evita dois problemas comuns: o ensino excessivamente conteudista, que transmite informações sem garantir compreensão, e o ensino metodológico vazio, que propõe atividades interessantes, mas sem aprofundamento conceitual.

O conhecimento da área envolve conceitos, procedimentos, linguagens, métodos de investigação, formas de argumentação e modos de validação próprios de cada componente. Em Ciências, por exemplo, é importante compreender observação, hipótese, experimentação, evidências e explicações sobre fenômenos. Em História, é necessário lidar com fontes, temporalidade, permanências, rupturas e diferentes interpretações. Em Matemática, o professor trabalha com raciocínio lógico, representação, demonstração, resolução de problemas e linguagem simbólica.

O conhecimento pedagógico permite transformar esses elementos em experiências de ensino. O professor precisa saber escolher exemplos, organizar sequências, antecipar dificuldades, propor perguntas, construir situações-problema, utilizar recursos adequados e avaliar processos. A didática não é um adorno da disciplina; é o caminho pelo qual o conhecimento chega aos estudantes.

A articulação entre esses saberes aparece quando o professor seleciona uma estratégia coerente com o conteúdo. Para ensinar leitura crítica de gráficos, por exemplo, não basta explicar tipos de gráfico. É preciso propor análise de dados, comparação de escalas, discussão de fontes, interpretação de tendências e produção de conclusões. O conteúdo e a metodologia precisam caminhar juntos.

Também aparece quando o professor reconhece dificuldades específicas da área. Em Matemática, muitos estudantes podem decorar procedimentos sem compreender relações. Em Língua Portuguesa, podem localizar informações, mas ter dificuldade de inferir sentidos. Em Ciências, podem confundir opinião com explicação baseada em evidências. Em História, podem decorar datas sem compreender processos. O professor precisa conhecer essas dificuldades para intervir.

O conhecimento pedagógico da área também envolve saber usar a linguagem própria do componente sem torná-la inacessível. Todo campo possui vocabulário específico. O professor deve apresentar termos técnicos, explicar significados, usar exemplos, retomar conceitos e incentivar os estudantes a utilizar a linguagem da área progressivamente. Não se trata de simplificar excessivamente, mas de criar pontes.

A contextualização é outra forma de articulação. O professor relaciona conceitos da área a situações reais, problemas sociais, experiências do território, práticas culturais e questões contemporâneas. No entanto, contextualizar não significa abandonar o rigor conceitual. O contexto serve como porta de entrada, e o ensino deve avançar para a sistematização.

A formação continuada é importante porque a articulação entre pedagogia e área se aprimora ao longo da prática. O professor aprende ao estudar, planejar, observar resultados, analisar erros dos estudantes, dialogar com colegas e rever estratégias.

PLANEJAMENTO DE AULAS POR HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

O planejamento de aulas por habilidades e competências organiza o ensino a partir do que se espera que os estudantes aprendam e sejam capazes de realizar com o conhecimento. Essa perspectiva supera a ideia de planejamento como simples distribuição de conteúdos ao longo do tempo. O foco passa a ser a aprendizagem, a progressão e a mobilização de saberes em situações significativas.



INTRODUÇÃO À LIBRAS COMO OBJETO DE CONHECIMENTO E DE ENSINO

A Língua Brasileira de Sinais, conhecida como Libras, é uma língua natural utilizada por comunidades surdas brasileiras e reconhecida como meio legal de comunicação e expressão. Tratá-la como objeto de conhecimento e de ensino significa compreendê-la não como um conjunto de gestos soltos, mímicas ou apoios visuais improvisados, mas como uma língua completa, estruturada, histórica, cultural e socialmente situada. Essa compreensão é fundamental para o planejamento de práticas pedagógicas adequadas, especialmente em contextos escolares que atendem estudantes surdos, estudantes ouvintes aprendizes de Libras, professores, intérpretes e demais profissionais da educação.

A Libras possui estrutura linguística própria. Ela organiza significados por meio de recursos visuais, espaciais, corporais e manuais. Como toda língua natural, apresenta fonologia, morfologia, sintaxe, semântica, pragmática, variações regionais, registros de uso, processos de mudança e formas de expressão cultural. Portanto, ensinar Libras exige conhecimento linguístico e pedagógico. Não basta conhecer alguns sinais isolados; é necessário compreender como a língua funciona em situações reais de comunicação.

O reconhecimento legal da Libras representa um marco importante para os direitos linguísticos das pessoas surdas. Esse reconhecimento contribuiu para ampliar discussões sobre acessibilidade comunicacional, formação de professores, presença de tradutores e intérpretes, educação bilíngue, produção de materiais didáticos e valorização da cultura surda. Entretanto, o reconhecimento formal precisa ser acompanhado de práticas efetivas. A escola deve criar condições para que a Libras seja ensinada, utilizada, respeitada e valorizada.

Como objeto de ensino, a Libras pode ser abordada tanto como primeira língua quanto como segunda língua. Para muitos estudantes surdos, especialmente aqueles que têm acesso precoce à língua de sinais, a Libras constitui base para o desenvolvimento linguístico, cognitivo, social e escolar. Para estudantes ouvintes, familiares e profissionais da educação, a Libras pode ser ensinada como segunda língua, favorecendo comunicação, inclusão e convivência. Esses dois contextos exigem metodologias diferentes, pois aprender uma língua como primeira língua não é igual a aprendê-la como segunda língua.

A visualidade é elemento central no ensino de Libras. O professor precisa organizar o espaço, o posicionamento dos estudantes, o uso de imagens, vídeos, narrativas sinalizadas, expressões faciais, interação visual e recursos digitais. A aula de Libras não pode depender apenas de explicações orais ou de tradução para o português. É necessário criar situações comunicativas em que a língua seja vivenciada de forma significativa.

Além disso, a Libras deve ser ensinada em sua dimensão cultural. A língua expressa modos de ver o mundo, histórias, identidades, formas de interação, humor, literatura, narrativas e valores da comunidade surda. Separar Libras de cultura surda empobrece o ensino e reduz a língua a uma técnica de comunicação.

RECONHECIMENTO LEGAL DA LIBRAS E DIREITOS LINGUÍSTICOS

O reconhecimento legal da Libras representa uma conquista fundamental para a comunidade surda brasileira. Esse reconhecimento afirma que a Libras é uma língua legítima, com estrutura própria, utilizada como meio de comunicação e expressão. Tal reconhecimento não transforma a Libras em simples recurso auxiliar, mas reforça sua condição de língua de uma comunidade linguística. Isso tem implicações diretas na educação, na acessibilidade, na formação profissional e na participação social das pessoas surdas.

Quando uma língua é reconhecida legalmente, o Estado assume responsabilidades. No caso da Libras, isso envolve promover sua difusão, garantir acessibilidade comunicacional, formar profissionais capacitados, apoiar a educação bilíngue de surdos, assegurar atendimento em serviços públicos e criar condições para que pessoas surdas possam exercer direitos de forma plena. A língua é instrumento de cidadania. Sem acesso linguístico, a participação social fica limitada.



O livro está organizado em três capítulos, cada um estruturado como uma sequência de pequenas seções — chamadas por Freire de “saberes” — que funcionam como teses curtas, quase aforismos, cada uma desenvolvida em algumas páginas. É uma arquitetura deliberadamente didática: o autor lista, ao final do índice, tudo o que considera indispensável a quem ensina, e depois dedica cada seção a argumentar por que aquele saber “exige” determinadas posturas, virtudes ou rupturas.

Capítulo 1 — Não há docência sem discência

O argumento central deste capítulo é que ensinar e aprender são processos que se implicam mutuamente: não existe quem ensina sem quem aprende, e o ato de ensinar já é, em si, um ato de pesquisa e de aprendizagem para quem ensina. Para sustentar essa tese, Freire reúne os seguintes saberes:

- Rigor metódico.
- Pesquisa.
- Respeito aos saberes dos educandos.
- Criticidade.
- Estética e ética.
- Corporeificação das palavras pelo exemplo.
- Risco e aceitação do novo.
- Reflexão crítica sobre a prática.
- Reconhecimento da identidade cultural.

Capítulo 2 — Ensinar não é transferir conhecimento

Este é o capítulo mais extenso do livro, e nele Freire ataca de frente o que chama de “educação bancária”: a ideia de que ensinar é depositar conteúdos em uma mente vazia. Para ele, ensinar exige criar as condições para que o educando construa e reconstrua o conhecimento, e não apenas repita o que lhe foi transferido. Os saberes reunidos neste capítulo são:

- Consciência do inacabamento.
- Reconhecimento do ser condicionado.
- Respeito à autonomia do educando.
- Bom senso.
- Humildade e luta contra a discriminação.
- Apreensão da realidade.
- Alegria e esperança.
- Convicção de que a mudança é possível.
- Curiosidade.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!